



ACÓRDÃO Nº 27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1655/2015.

Apeços: Processos nsº 1615/2015 e 1652/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Maria das Graças Soares Prola (Ordenador de Despesa).

6- Unidade Técnica: DICAD-AM.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4600-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.851/879).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Sra. **Maria das Graças Soares Prola**, responsável pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SEAS, no curso do exercício 2014, enquanto Ordenadora de Despesa, nos termos dos arts. 1º, II, e 22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2. Aplicar Multa a Sra. **Maria das Graças Soares Prola** no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), relativas aos itens 5 e 7 constantes na Notificação nº 193/2015-CI/DICAD/AM, com fundamento no art. 53, parágrafo único da Lei nº 2423/96, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 (trinta) dias, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, II, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não



ACÓRDÃO Nº 27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recolhimento do valor da condenação, **ex vi** do art. 173, da Res 04/02 (RI-TCE/AM).

9.3. Determinar ao Grupo de trabalho DEATV que verifique se foi autuada Prestação de Contas referente ao Termo de Parceria nº 03/2011 e Aditivos, celebrados com o Instituto de Desenvolvimento Social Dom Adalberto Marzi; em caso negativo, adote as providências cabíveis;

9.4. Recomendar a Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS:

9.4.1. Ao celebrar contratos e seus aditivos, observar os dispositivos constantes na Lei nº 8.666/93, notadamente quanto às justificativas adequadas para a celebração dos aditivos e quanto à apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

9.4.2. Solicitar a Controladoria Geral do Estado - CGE e apresentar nas próximas Prestações de Contas Anuais o Parecer do órgão de Controle Interno, em observância ao disposto no art. 10, III da Lei 2.324/96 c/c o art. 77 do Decreto Estadual nº 7.682/83.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral